



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - FACE
PEDAGOGIA - FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA SÉRIES INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

LÍGIA RAMOS DOS SANTOS

FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA

BRASÍLIA

2007

LÍGIA RAMOS DOS SANTOS

**FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília–UniCEUB, da Faculdade de Ciências da Educação – FACE, como parte das exigências para a conclusão do curso de Pedagogia – Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Orientadora: Prof^ª Dra. Maria Eleusa Montenegro

BRASÍLIA

2007

Dedico este trabalho a todos que lutam pela igualdade de direitos da educação.

Dedico aos ilustres professores do Centro de Ensino Especial n.º 02 de Ceilândia e também à professora Carla Oliveira, coordenadora pedagógica da referida escola.

Dedico, de forma particular, a meu esposo que esteve sempre ao meu lado durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, por este trabalho, a Deus e a minha maravilhosa família;

Agradeço à professora Maria Eleusa Montenegro que, de forma magnífica, me orientou;

Agradeço a meu esposo, Edmar Nunes, pelo companheirismo e apoio em todas as etapas deste trabalho;

Agradeço a todos os amigos que tiveram grandes influências nesta conquista.

RESUMO

O crescimento do processo de inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais é evidente e, a partir daí, surge a preocupação com as estruturas envolvidas neste processo. O ingresso de um maior número de alunos com necessidades especiais, assim como sua permanência nas escolas de séries iniciais, a ampliação dos serviços, a criação de cursos de especialização para professores que desejam atuar no processo educacional inclusivo e o descaso dos governantes, são alguns dos aspectos que impulsionaram a realização deste trabalho, com o intuito principal de conhecer a formação de professores na educação inclusiva e suas atuações diante das diversidades apresentadas pelos alunos, com necessidades educacionais especiais. O presente trabalho tem, portanto, como objetivo investigar a formação dos professores das séries iniciais para atuarem na educação inclusiva. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de qualitativa, dando ênfase à leitura da qualidade dos dados encontrados, com a participação de cinco professores que atuam na educação inclusiva. Os resultados obtidos neste trabalho foram que a educação inclusiva é aquela onde existe o respeito às diversidades dos alunos dando a esses um atendimento especial, criando adaptações às suas necessidades educacionais. No entanto, o trabalho em questão, mostrou o descaso dos governantes para com a educação inclusiva, assim como uma falta de qualidade na formação de professores para atuarem nessa área. Portanto faz-se necessária criação de cursos de especialização em educação inclusiva e uma maior participação dos governantes, objetivando melhorias nos serviços oferecidos a alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-Chave:

Educação Especial. Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais; Entendimento sobre educação inclusiva e sua inclusão no Ensino Fundamental; Compreensão do aluno com necessidades educacionais especiais; Metodologia utilizada, na sala de aula, com alunos com necessidades educacionais especiais; Entendimento sobre a formação de professores para atuação na educação inclusiva.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 JUSTIFICATIVA.....	6
2 OBJETIVOS	8
2.1 OBJETIVO GERAL.....	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
3 REFERENCIAL TEÓRICO	10
3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
3.2 NORMAS, LEIS E DOCUMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	13
3.2.1 A Constituição Brasileira de 1988	13
3.2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	14
3.2.3 A Lei nº 4.024/61	14
3.2.4 Artigos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos.....	15
3.3 INCLUSÃO EDUCACIONAL: DISCUTINDO UM CONCEITO	16
3.4 NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	18
4 METODOLOGIA	21
4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	21
4.2 ESPECIFICAÇÃO DAS FASES DA PESQUISA	21
4.3 CENÁRIO E PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	22
4.4 INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	22
4.5 CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	23
4.5.1 Especificação das categorias escolhidas	23
4.5.2 Organização, análise e discussão dos dados	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE – Entrevista aplicada aos professores	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

A inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais está crescendo ativamente em número de matrículas a cada ano em nosso país o que exige, de nossos governantes, um total respeito às diversidades desses alunos.

A partir do princípio de respeito às diversidades, entende-se que é importantíssimo trabalharmos nas séries iniciais do ensino fundamental a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, na escola regular. Para a efetiva inclusão desses alunos serão necessários mecanismos que possibilitem aumentar o número de alunos a serem atendidos, visando à permanência desses na escola, bem como projetos políticos pedagógicos, de modo que se crie uma política de ampliação dos serviços de apoio àqueles com necessidades educacionais especiais. Será ainda necessária a criação de cursos de aperfeiçoamento para os professores que irão trabalhar no processo de inclusão educacional.

Souza (1999) fala sobre inclusão educacional o que leva não apenas à criação de oportunidades efetivas de acesso para alunos com necessidades educacionais especiais, mas também torna seguro o direito desses alunos em se manterem na escola e acompanharem todo o processo de ensino-aprendizagem. Conforme cita este autor:

Ainda que estejamos imersos no discurso oficial e hegemônico da inclusão, é necessário discutir o risco da destruição das diferenças no contexto escolar, próprios das políticas não-críticas de promoção de igualdade de direitos, que reduzem o complexo processo de inclusão social à experiência da educação escolar, entendida como mera proximidade física dos “diferentes” com aqueles ditos “normais”. (SOUZA, 1999).

Com o pensamento de que é por intermédio do respeito constitucional à pessoa com necessidades educacionais especiais que se devem promover uma ação concreta entre pais, professores e demais membros da sociedade, estar-se-á então

contribuindo, de maneira significativa, para a transformação do processo de inclusão educacional.

A educação inclusiva não está relacionada somente ao aluno portador de alguma deficiência, mas a todos que necessitam de atenção especializadas (todos os alunos). Todo o aluno possui sua peculiaridade e a escola precisa estar com atenção redobrada a cada uma dessas peculiaridades. Para Werneck (1997, p. 38):

A escola que não possui, em seu quadro de alunos, um indivíduo com necessidades educacionais especiais, estará oferecendo aos discentes uma falsa impressão do mundo. Afinal, cerca de 10 % da população brasileira de acordo com os dados da OMS, apresentam algum tipo de deficiência, conduta típica ou alta habilidade, de forma que é necessário que nossas escolas estejam preparadas para trabalhar com tais diferenças.

De acordo com Mantoan (2003), a inclusão visa à qualidade de ensino da escola, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula, elas não restringem às crianças com necessidades especiais.

A missão de incluir todas as crianças na escola é repleta de considerações que ultrapassam a simples inovação educacional e que implicam o conhecimento de que o outro é sempre diferente, pois a diferença é algo que existe em cada ser, e a valorização das diferenças impulsiona o progresso educacional.

Após o surgimento do termo inclusão no âmbito escolar, exige-se uma inovação educacional, onde exigências são feitas visando o fim do preconceito e da discriminação para com aqueles que têm necessidades educacionais especiais. Sabendo que dentre as exigências está a formação de professores das séries iniciais para atuarem na educação inclusiva, tal pesquisa procurará desenvolver idéias, relacionadas à formação para educação inclusiva, que visem privilegiar as diversidades dos alunos com ou sem necessidades educacionais especiais, de modo a contribuir para o integral desenvolvimento desses alunos.

Neste sentido, este trabalho pretende responder à seguinte questão: os professores estão preparados para atuar com alunos inclusivos?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

-Investigar a formação dos professores das séries iniciais para atuarem na educação inclusiva.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar a formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental, tendo como recorte a educação inclusiva e o ensino da diversidade;

-Construir um histórico da educação especial no Brasil;

-Analisar a legislação da formação de professores para a educação inclusiva;

-Definir os termos: educação especial, educação inclusiva e necessidades educacionais especiais, diversidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9394 de 20.12.1996, p. 24), no capítulo V “art. 58”, define educação especial como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para portadores de necessidades especiais”. A oferta de educação especial é “dever constitucional do Estado” (art. 58§3º). Além disso, a LDB prevê “currículos métodos e técnicas, recursos educativos e organizações especiais” “[...] professores de ensino regular, capacitados para o atendimento adequado de necessidades educativas especiais (art. 59, I) e a integração desses educandos nas classes comuns.” (art. 59, III)

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1998) no que diz respeito à educação de alunos com necessidades educacionais especiais, está dito que “o direito das pessoas à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social”. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriações do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir as finalidades à educação a despeito das diversidades na população escolar. Na inclusão educacional a formação dos professores é algo estabelecido no art. 59 da LDBEN que prevê, em suas normas para o funcionamento do sistema de ensino, que todas as escolas tenham as condições suficientes para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados.

Sobre a formação de professores para a educação inclusiva o § 1º Art. 18 da Resolução CEB 02/2001 (2001) afirma que:

“São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para”:

- I. Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II. Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequada às necessidades especiais de aprendizagem;

- III. Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV. Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Já no § 2º da mesma Resolução são considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolvem competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequadas ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme descrito no § 3º da Resolução CEB 02/2001 (2001), os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

I - Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II - Complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas de educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O histórico da educação especial implica numa reflexão sobre a origem da educação especial assim como o conhecimento das pessoas com deficiências e também a origem das terminologias que são usadas para determinar a educação especial.

Segundo Mazzotta (1996), a história da educação especial no Brasil está dividida em três grandes períodos:

- De 1854 a 1956 – Marcado por iniciativas de caráter privado;
- De 1957 a 1993 – Definido por ações de âmbito nacional;
- De 1993... – Caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

A seguir será apresentada uma síntese destes períodos baseada nas informações deste autor (MAZZOTA, 1996).

Quanto ao primeiro período (1854 a 1956), enfatizou-se:

Atendimento clínico especializado, incluindo aí a educação escolar e nesse tempo foram fundadas as instituições de assistência às pessoas com deficiência mental, física e sensorial, seguindo exemplo do Instituto dos Meninos Cegos fundado em 12 de setembro de 1854 no Rio de Janeiro, conhecido como Instituto Benjamin Constant. No ano de 1956, foi fundado o Instituto de Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Em 1932, a educadora Helena Antipoff, fundava a Sociedade Pestalozzi de Belo Horizonte e em 1954, com a iniciativa de familiares no sentido de buscar alternativas para os filhos deficientes mentais, surgem o movimento das associações de pais e amigos dos excepcionais - APAE.

No segundo período (1957 a 1993), “por intermédio de iniciativas de âmbito nacional, a educação especial foi assumida pelo poder público, com a criação das ‘campanhas’ especificamente voltadas ao atendimento das deficiências.”

No ano de 1961, “já estava vigorando a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e essa lei foram escritos os artigos 88 e 89 referentes à ‘educação dos excepcionais’, garantindo, dessa forma, o direito a educação das pessoas deficientes.”

Nos anos de 1960 e 1970, “o governo transferiu sua responsabilidade, no tocante à educação dos deficientes para as ONGs, mas no ano de 1973 se deu a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), ligado ao Ministério da Educação e Cultura.”

Já o terceiro período (1993), segundo Mazzota (1996):

Vários são os movimentos que lutam em favor da inclusão escolar, visando assegurar os direitos conquistados, de forma que sejam reconhecidas e respeitadas as necessidades básicas desses alunos, de convívio com as demais pessoas. Mas, infelizmente, por estarem presentes e terem mostrado suas atuações em vários aspectos da vida social estes movimentos não são ainda fortes no que diz respeito às regalias educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos.

O grande marco da Educação Especial ocorreu no ano de 1981, declarado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, considerado, hoje, como o embrião da educação

inclusiva e, 1983 – 1992 foi instituída a década das pessoas com deficiências nas Nações Unidas. (CARVALHO, 2004).

Em 1990, na Tailândia, criou-se outro documento de muita importância para a Educação especial, a Declaração mundial de Educação para Todos conferência de Jomtien – Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. O objetivo principal do referido documento era reformular o sistema de ensino como um todo, provocando uma revolução educacional com ações concretas as quais dariam ênfase à situação das pessoas com necessidades educacionais especiais. (CARVALHO, 2004).

Destaca-se também o documento Política Nacional de Educação Especial (BRASIL.MEC, 1994), que propunha estabelecer objetivos gerais e específicos referentes à “interpretação dos interesses, necessidades e aspirações de pessoas portadoras de deficiência, condutas típicas e altas habilidades”, modificando a terminologia de portador de deficiência para portador de necessidades especiais.

Foi em 1996 que foi organizada a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei condizente com a Constituição Brasileira de 1988. A nova lei traz inovações para a educação especial, com um capítulo dedicado à inclusão escolar para alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2001 surgiu a grande discussão nacional que resultou nas Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica.

3.2 NORMAS, LEIS E DOCUMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Inúmeras são as normas, leis e os documentos, dedicados à educação especial, sendo que algumas podem ser destacadas:

3.2.1 A Constituição Brasileira de 1988

No capítulo III, da educação, da cultura e do desporto, Art. 208, prevê “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento

educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

3.2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A lei nº 9.394 de 20/12/1996, destina inteiramente o capítulo V à educação especial, definindo-a no art 58º como uma” modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede de ensino para educandos que apresentam necessidades se especiais”.

Verifica-se um avanço em relação ao texto da lei nº 4.024/61, pois parece que não há mais dúvidas de que a “educação dos excepcionais” pode enquadrar-se no sistema geral de educação, mas continua ainda ligada à subjetividade de interpretações, quando deparados com o termo “preferencialmente” da definição citada.

O artigo 59 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) dispõe sobre as garantias didáticas diferenciadas, como currículos, métodos, técnicas e recursos educativos; terminalidades específicas para os alunos que não possam atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude da deficiência; especialização dos professores em nível médio e superior; e educação para o trabalho, além de acesso igualitário aos benefícios sociais.

O artigo 60 reafirma a preferência pela ampliação do atendimento no ensino regular público e prevê o estabelecimento de critérios de caracterização das instituições privadas de educação especial, para o recebimento de apoio técnico e financeiro.

3.2.3 A Lei nº 4.024/61

A lei nº 4.024/61 (MEC, 1961, p. 23) que, reafirmando os direitos dos “excepcionais” à educação, estabelece em seu artigo 88 que, “para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar no sistema geral de educação. Entende-se que o princípio básico aí implícito é o de que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ocorrer com a utilização dos mesmos serviços

educacionais organizados para a população em geral, mas se pode também compreender que, quando esta não se enquadra no sistema geral, deveria constituir um especial, se tornado um subsistema a margem”.

3.2.4 Artigos da Conferência Mundial sobre Educação para Todos

Eles mostram que os portadores de deficiência têm direitos a educação. Pode-se citar o artigo 6º, que refere ao direito a um ambiente adequado ao aprendizado. Na Declaração de Salamanca, Art 3º, está explícito a preocupação para com a formação dos professores que trabalham com os educandos com necessidades educacionais especiais. A Lei nº 9.394/96, capítulo V, parágrafo III da Educação Especial prevê que os alunos especiais devem ser atendidos por professores com especialização adequada assim como a criação de serviços de apoio especializado.

O que parece estar claro é que os legisladores estabeleceram uma relação direta entre alunos com deficiência e educação especial, algo que nem sempre é o que interessa, principalmente quando se tem como objetivo a inserção total e incondicional de todos os alunos, nas escolas regulares, ou melhor, em uma escola aberta às diferenças.

Dessa forma, como diz Mantoan (1997, p. 63), “cabe à escola encontrar respostas educacionais para as necessidades de seus alunos e exigir dela uma transformação”. A inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual a própria escola adapta-se, transformando-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens com necessidades que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania. Isto é, algo que exige uma imprescindível ação conjunta da educação regular com a educação especial.

Outro ponto a ser abordado é quem são as pessoas com deficiência. Durante séculos a deficiência era entendida como um defeito, decorrente de uma doença, o que tornava as pessoas diferentes sendo consideradas assim como “anormais”. Antigamente usavam-se os termos anormal, idiota, retardado, imbecil, débil, para designar pessoas com deficiência, o que foi trocado, num primeiro momento histórico, pelo termo excepcional.

Já no século XX, precisamente no ano de 1978, um novo conceito foi introduzido: pessoas com necessidades educacionais especiais, o que leva o esclarecer o conceito de educação especial que, de acordo com Mazzotta (1996, p.81):

a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especialmente organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens.

O papel da educação especial frente à Lei de Diretrizes da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 é explicitado numa perspectiva de relação entre as modalidades de educação escolar e os diferentes níveis de ensino.

O termo Necessidades Educacionais Especiais, como explicita a Declaração de Salamanca (1994), “refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiência ou dificuldade de aprendizagem”.

No entanto, entende-se que a educação especial vai além do que aponta os documentos. É um conjunto de recursos educacionais organizados de forma diferenciada. Nesse conjunto entra a formação de professores para a educação inclusiva.

Falar em educação especial vai além dos alunos, professores e membros de uma escola, exige-se a participação de toda a sociedade.

3.3 INCLUSÃO EDUCACIONAL: DISCUTINDO UM CONCEITO

A inclusão chega como mais um passo dado pela sociedade, em especial a sociedade escolar, pois ao contrário da integração onde o aluno com necessidades educacionais especiais que participa do processo educativo desenvolvido nas escolas comuns deveria adaptar-se a escola, no processo de inclusão, a escola é que deve se reestruturar para fazer com que de maneira democrática, os alunos, independentemente de suas diferenças, possam ser não só aceitos como também respeitados.

Sobre este assunto, segundo Jover (1999, p.10):

a partir do século XIX, tempo de grandes descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde, passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas. Assim, começou o que se chama de segregação educacional, onde o deficiente era tratado como um doente em algumas instituições. Excluídos da família e da sociedade, os deficientes eram acolhidos em asilos de caráter religioso ou filantrópico, muitas vezes passando ali toda sua vida. Ao mesmo tempo foram surgindo algumas escolas especiais e centro de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que deficientes poderiam ser produtivos se recebessem treinamentos adequados.

O conceito de inclusão nasce justamente com objetivo de provocar mudanças na sociedade, buscando meios para que, ao invés de apenas integrar as pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas, possam-se modificar as estruturas, os currículos, o processo de ensino-aprendizagem, enfim reestruturar tal escola para que esta venha se tornar uma escola inclusiva.

De acordo com Jover (1999, p. 78), o conceito de inclusão deve vir acompanhado da “modificação na sociedade com pré-requisito para que a pessoa com necessidades especiais busque o desenvolvimento e exerça sua cidadania”.

Para Fávero (2002) o conceito de inclusão “significa envolver, fazer, parte, pertencer, representar uma ação da sociedade que vem envolvendo parte da mesma sociedade que está excluída por falta de condições adequadas. Significa trazer para dentro de um conjunto alguém que já faz parte dele”.

Incluir é devolver aquele com necessidades educacionais a dignidade que lhe for é subtraído ao impedir que freqüentasse uma escola comum.

A inclusão, para Werneck (1997. p. 42), “vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados”.

Realmente a pessoa com necessidades educacionais especiais é excluída do contexto social e escolar. Com a inclusão, estas pessoas estarão rompendo barreiras e mostrando a toda sociedade que o convívio com as diversidades somente engrandecerá o desenvolvimento das crianças tidas com “normais”.

Como diz Esteban (1992, p. 90), sobre o processo inclusivo:

Em se falando de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais diz que, buscando a homogeneidade, é escamoteado que crianças diferentes criadas em contextos diferentes, expostas a realidades diferentes, desenvolvem, conseqüentemente, habilidade e conhecimentos diferentes. Embora a diferença não signifique a capacidade de uns e a incapacidade de outros, sua existência aponta a necessidade de que o trabalho escolar possa incorporar a heterogeneidade que constitui o real, sendo construído a partir dessas diferenças, que o tornam mais rico e dinâmico.

O processo inclusivo, para Mantoan (1998, p. 84), causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Toda escola deve responder às necessidades de inclusão, pois a diferença nos traz novos conhecimentos e necessidades de nos reciclarmos vistas a criação de habilidades e conhecimentos diversificados.

3.4 NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

A noção de necessidades especiais entrou em evidência a partir das discussões do chamado “movimento pela inclusão” e dos reflexos provocados pela Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, em 1994. (SANTOS, 2006). Nesse evento, foi elaborado um documento mundialmente significativo denominado “Declaração de Salamanca” e na qual foram levantadas aspectos inovadores para a “Reforma de Políticas e Sistemas Educacionais”.

“De acordo com a Declaração de Salamanca, sobre o conceito em pauta, afirma que ‘[...] durante os últimos 15 ou 20 anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por que motivo for. [...] Desta maneira, o conceito de necessidades educacionais especiais’ passará a incluir, além das crianças com deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias permanentes na escola, as que estejam repetindo continuamente os anos escolares, as que sejam forçadas a trabalhar, as que vivem nas ruas, as que moram distantes de quaisquer escolas, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que sejam desnutridas, as que sejam vitimas de guerra ou conflitos armados, as que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais ou as simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo que seja” (SANTOS, 2006).

A Declaração de Salamanca, portanto, estabeleceu uma nova concepção, extremamente abrangente de “necessidades educacionais especiais” que provocou a aproximação dos dois tipos de ensino, o regular e o especial, na medida em que esta nova definição implica que todos possuem ou podem possuir, temporária ou permanentemente, “necessidades educacionais especiais”. Desta forma, orienta para a existência de um sistema único, que seja capaz de promover educação para todos os alunos, por mais especial que este possa ser ou estar. (SANTOS, 2006).

A resolução CNE/CEB N° 02, de 11 de setembro de 2001 (2001), art. 3° incisos I, II, III, considera educandos com necessidades especiais aqueles que, durante o processo educacional, demonstrem:

- a) Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:-Aqueles não vinculados a uma causa orgânica específica;-Aqueles relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiência.
- b) Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando adaptações de acesso ao currículo, utilização de linguagem e códigos aplicáveis.

Para Mazzotta (1982, p. 86), educando com necessidades educacionais especiais, são aqueles que “[...] em razão de desvios acentuados, de ordem física, intelectual, emocional ou sócio-cultural, apresentam necessidades educacionais que, para serem adequadamente atendidas, requerem auxílios ou serviços especiais em educação”, e que “o tipo e grau da deficiência, bem como os efeitos por ela acarretados, além das condições gerais. Dos serviços escolares comuns, é que irão servir de indicadores da necessidade ou não da utilização de auxílios e serviços especiais de educação”.

De acordo com Werneck (2000), no Brasil, a formação dos professores para as séries iniciais do ensino fundamental, não é nada animadora, isso porque não existe uma abertura à diversidade no sentido de se criar uma discussão ampliada, com vistas a se chegar aos princípios claros, objetivos e viáveis, e a despertar nos professores alternativas para o desenvolvimento dessa formação, sobretudo da formação continuada. Mas para consolidar o processo de formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental, o governo deve fornecer suportes financeiros e instituições que trabalham na formação desses professores, de forma que estes vislumbrem um horizonte

na mudança de seu status como professor, onde se possa, toda sociedade, valorizá-los. Aí sim, estar-se-á influenciando, positivamente, no aperfeiçoamento da formação continuada de tais professores.

O artigo 65 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL. MEC, 1996) determina que qualquer tipo de formação docente para a educação básica deve ter no mínimo 300 horas de prática de ensino. Isso mostra a importância dada à formação específica e aprofundada dos professores no que diz respeito à metodologia de ensino, algo visto como o desafio para as atuais estruturas dos cursos de formação de professores.

Os futuros professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental encontram muita dificuldade na prática do dia-a-dia com seus alunos, pelo fato de não conseguirem mudar a qualidade na oferta cursos de formação. Pode-se observar que entre professores e alunos do ensino superior há uma tendência a se menosprezar e a deixar em segundo plano as questões do ensino e a formação daqueles que irão trabalhar com alunos das séries iniciais

4 METODOLOGIA

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este projeto de pesquisa está sendo construído a partir da pesquisa qualitativa, uma vez que tem como principal objetivo investigar a formação dos professores das séries iniciais para atuarem na educação inclusiva, dando ênfase à leitura da qualidade dos dados encontrados.

Segundo Minayo (1995, p. 21-22), os métodos qualitativos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Em situação normal, são empregados na percepção do contexto social e cultural e é um elemento de suma importância para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas, o que vai ao encontro às cinco características fundamentais da pesquisa qualitativa, assinaladas por Bogdan e Biklen (apud LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 11-13):

- A pesquisa qualitativa tem ambiente natural como sua fonte direta de dados e pesquisador como seu principal instrumento[...];
- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto [...];
- O “significado” que as pessoas dão às coisas é à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador [...];
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo [...].

A pesquisa escolhida, portanto, foi a qualitativa, pois discorre sobre uma situação real com dados descritivos além de manter um contato direto do pesquisador com o estudo, enfatizando o produto e procurando-se retratar as perspectivas dos participantes.

4.2 ESPECIFICAÇÃO DAS FASES DA PESQUISA

Esta monografia foi realizada em três fases distintas, por intermédio de uma abordagem qualitativa, no ano de 2006. A primeira fase teve início em fevereiro, mês em que foi escolhido o tema da pesquisa. “A formação de professores na educação inclusão”;

Na segunda fase, deu-se a busca de referências bibliográficas acerca do tema em questão, estendendo-se até o mês de março;

A terceira fase foi a construção do referencial teórico da pesquisa na área da formação de professores para a educação inclusiva no período de fevereiro a junho.

Ressalta-se que baseado no referencial teórico do projeto de pesquisa pode-se definir o instrumento de investigação semi-estruturado.

A coleta de dados será realizada no período de setembro e outubro.

A análise dos dados será discutida no mês de outubro

A produção do relatório final foi produzida em novembro

E, por fim, será a apresentação da Monografia.

4.3 CENÁRIO E PARTICIPANTES DA PESQUISA

O cenário escolhido para a investigação foi uma escola pública da região administrativa de Ceilândia – Distrito Federal, centrada em atendimento educacional à crianças com necessidades educacionais especiais.

Considerando que Minayo (1995, p. 43) enfatizou que a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade, mas sim numa amostragem que possibilite a totalidade do problema investigado, os sujeitos serão cinco professores que efetivamente trabalham com os alunos que têm necessidades educacionais especiais.

4.4 INSTRUMENTO DA PESQUISA

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada (APÊNDICE), focada no problema, de modo a colher dados descritivos e possibilitar um contato direto com o entrevistado e com o fenômeno pesquisado.

Esta entrevista caracteriza-se por três critérios centrais na pesquisa: centralização no problema, orientação do objeto de pesquisa e orientação do processo (FLICK, 2004, p. 100).

4.5 CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.5.1 Especificação das categorias escolhidas

As categorias escolhidas para a organização, análise e discussão dos dados foram:

- Entendimento sobre educação inclusiva e sua inclusão no Ensino Fundamental;
- Compreensão do aluno com necessidades educacionais especiais;
- Metodologia utilizada, na sala de aula, com alunos com necessidades educacionais especiais;
- Entendimento sobre a formação de professores para atuação na educação inclusiva.

4.5.2 Organização, análise e discussão dos dados

Os participantes da pesquisa foram cinco professoras, que se encontravam na faixa etária entre 20 e 49 anos.

Os dados foram organizados, analisados e discutidos nas categorias selecionadas, de acordo com o descrito a seguir:

- **Entendimento sobre a educação inclusiva e sua inclusão no Ensino Fundamental.**

Professor A:

“É o respeito às adversidades em todos os níveis educacionais e a todos os envolvidos no processo educacional”

“Os processos educacionais devem ser mais técnicos e menos políticos. Hoje, o sistema educacional brasileiro preocupa-se quase que exclusivamente com a educação política, com alguns professores chegando ao ponto de dizer que ensina ao aluno a ser crítico ou a pensar, e isto não se ensina.”

“Tratando os alunos com respeito e aceitando as diversas opiniões dos envolvidos, alunos, pais e funcionários da escola, estaremos trabalhando a inclusão.”

Professor B:

“Incluir os excluídos, seja em qualquer nível educacional, no sistema educacional público ou privado”.

“Ainda caminha a ‘passos curtos’. É necessário maior participação dos governantes no processo de inclusão social”.

“Sem dúvida, que com muita paciência e respeitando suas limitações, procurando inseri-lo no contexto em que vive”.

Professor C:

“É uma adaptação da escola para receber os alunos com necessidades educacionais e especiais”.

“Para ser bem sincera, há um enorme descaso do governo para com os profissionais que atuam nessa área, além de se alastrar tal descaso aos alunos com NEE”.

“Procuro mostrar aos alunos que todos nós temos dificuldades e que suas diversidade serão sempre respeitadas, mas ressaltando que os objetivos devem ser alcançados”.

Professor D:

“É a inclusão de todos os alunos independentemente de suas dificuldades ou necessidades, na escola”.

“Com bastante tristeza, pois não existe interesse do governo em trabalhar com a educação inclusiva e, as poucas unidades do sistema educacional que trabalham nessa área, são esquecidas pelos governantes, sendo necessária a união dos docentes, com seus próprios recursos, para alcançarem a melhoria devida, para o bem estar dos alunos com NEE”.

“Com um único ‘norte’, aquele que preza pelo tratamento igualitário entre todo e qualquer aluno”.

Professor E:

“É a inclusão de todos os alunos, independente de suas necessidades, no âmbito educacional”.

“Certamente vejo o processo de educação inclusiva, no Ensino Fundamental, como uma maneira de melhorarmos a formação de todos aqueles que não possuem NEE, pois estaremos mostrando que existe diversidades e que elas devem ser aceitas e respeitadas”.

“Trabalho, num primeiro momento, com a coletividade e posteriormente faço um trabalho individual com o objetivo de fazê-los respeitar os seus limites e os limites de seus colegas”.

Todos os participantes demonstraram que o governo não tem interesse em trabalhar com a Educação Inclusiva e as poucas unidades do sistema educacional que trabalham nessa área são esquecidas pelos governantes, sendo necessária a união dos docentes com seus próprios recursos.

A própria legislação brasileira prevê a oferta de educação especial afirmando que, é “dever constitucional do Estado” (art. 58§3º). Além disso, a LDB prevê “currículos métodos e técnicas, recursos educativos e organizações especiais” “[...] professores de ensino regular, capacitados para o atendimento adequado de necessidades educativas especiais (art. 59, I) e a integração desses educandos nas classes comuns.” (art. 59, III).

- **Compreensão de aluno com necessidades educacionais especiais**

Professor A:

“Aluno com necessidades educacionais e especiais é aquele que necessita de atendimento educacional especial ou de algum tipo de adaptação curricular, para desenvolver as suas potencialidades”.

Professor B:

“Um aluno com necessidades educacionais especiais é aquele que exige da escola adaptações para atendê-los, respeitando-se, é claro, suas diversidades”.

Professor C:

“São alunos que carecem de uma atenção especial devido as suas dificuldades, sejam elas psicológicas ou motoras”.

Professor D:

“São alunos com dificuldades de aprendizado, com ou sem deficiência física ou psicológica”.

Professor E:

“O aluno com necessidades educacionais especiais é aquele que necessita de adaptações do ambiente escolar, para diminuir suas dificuldades, seja no ensino-aprendizagem, seja em qualquer outra”.

Os participantes comentaram que os alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que exigem da escola adaptações para atendê-los, respeitando-se suas dificuldades, sejam elas psicológicos ou motoras.

- **Metodologia utilizada**

Professor A:

“No trabalho com PNEE não temos um método específico, uma vez que a cada dia as pessoas apresentam comportamentos diferentes e disponibilidades para realizar tarefas”.

Professor B:

“Estamos no dia-a-dia nos adaptando às necessidades de cada aluno”.

Sobre este aspecto Mantoan (1997, p. 63), afirma que, “cabe à escola encontrar respostas educacionais para as necessidades de seus alunos e exigir dela uma transformação”. A inclusão na escola seria, então, o processo pelo qual a própria escola adapta-se, transformando-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens com necessidades que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania. Isto é, algo que exige uma imprescindível ação conjunta da educação regular com a educação especial.

Professor C:

“Trabalho, ou procuro trabalhar, a turma em sua totalidade, respeitando todos e com tratamento diferenciado com base nas dificuldades apresentadas por cada aluno”.

Professor D:

“Não existe este ou aquele método e sim adaptações a serem feitas de acordo com as necessidades de cada aluno”.

Professor E:

“Não existe um método específico e sim muita dedicação e, acima de tudo, muito respeito às dificuldades de cada aluno, além de uma mútua ajuda entre professores, funcionários e direção, no sentido de melhor atender nossos alunos com necessidades educacionais especiais”.

Todos os participantes demonstraram respeito aos alunos, administrando um “tratamento” diferenciado, com base nas dificuldades apresentadas por cada aluno.

A inclusão chega como mais um passo dado pela sociedade, em especial a sociedade escolar, pois ao contrário da integração onde o aluno com necessidades educacionais especiais que participa do processo educativo desenvolvido nas escolas comuns deveria adaptar-se a escola, no processo de inclusão, a escola é que deve se reestruturar para fazer com que de maneira democrática, os alunos, independentemente de suas diferenças, possam ser não só aceitos como também respeitados.

Sobre este assunto, segundo Jover (1999, p.10):

a partir do século XIX, tempo de grandes descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde, passou-se a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas. Assim, começou o que se chama de segregação educacional, onde o deficiente era tratado como um doente em algumas instituições. Excluídos da família e da sociedade, os deficientes eram acolhidos em asilos de caráter religioso ou filantrópico, muitas vezes passando ali toda sua vida. Ao mesmo tempo foram surgindo algumas escolas especiais e centro de reabilitação, pois a sociedade começava a admitir que deficientes poderiam ser produtivos se recebessem treinamentos adequados.

- **Formação de professores para atuação na educação inclusiva em séries iniciais**

Professor A:

“Nos cursos de graduação temos a disciplina educação especial, que é onde damos os primeiros passos para o conhecimento das diversidades. Na realidade, educação inclusiva é facilitar o acesso de todos a educação”.

Professor B:

“Estudamos, de forma superficial, a disciplina educação inclusiva e, posteriormente, faz-se uma especialização ou pós-graduação e até um mestrado, na área de educação especial”.

Professor C:

“Na graduação, com a disciplina Educação Inclusiva e em cursos de especialização”.

Professor D:

“Geralmente, com maior ênfase, no curso de especialização sobre educação inclusiva e, também, de forma sucinta na graduação”.

Professor E:

“No meu caso na graduação, em especial, na disciplina Educação Inclusiva. Mas estou cursando uma especialização na área”.

Todos os participantes estão de acordo que nos cursos de graduação tem-se a disciplina educação especial, podendo, posteriormente, fazer-se uma especialização ou até um mestrado na área da educação especial.

Na inclusão educacional a formação dos professores é algo estabelecido no art. 59 da LDBEN que prevê, em suas normas para o funcionamento do sistema de ensino, que todas as escolas tenham as condições suficientes para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados.

Sobre a formação de professores para a educação inclusiva o § 1º Art. 18 da Resolução CEB 02/2001 (2001) afirma que:

“São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para”:

- V. Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- VI. Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequada às necessidades especiais de aprendizagem;
- VII. Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- VIII. Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional faz com que a escola pense as questões de estrutura e de funcionamento, que resolvam seus paradigmas implicando em um redirecionamento de seu papel.

O movimento inclusivo nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e convence os todos pela sua lógica, pela ética de seu posicionamento social.

A inclusão está denunciando a lacuna que existe entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira.

A escola é do povo, de todas as pessoas, com ou sem necessidades educacionais especiais. Portanto, a implementação da escola de qualidade, passa por uma adaptação das escolas no sentido de atender aos alunos com necessidades educacionais especiais. Para isso, é necessário que o governo invista na formação de professores na educação inclusiva e ainda estructurem as escolas de acordo com as necessidades de cada aluno.

As perspectivas do ensino inclusivo são animadoras para a educação. Acredita-se que esse é um sonho que pode vir a se tornar realidade, basta que todos os envolvidos com a educação tenham em mente que a educação é igualitária, justa e deve ser acolhedora.

Este trabalho nos mostra a importância de trabalharmos, principalmente nas séries iniciais, com o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, na escola regular.

Outro aspecto de grande relevância é o fato de não apenas criarmos oportunidades efetivas de acesso para alunos com necessidades educacionais especiais, mas também assegurarmos sua permanência no processo.

A maior dificuldade, por mim, encontrada no desenvolvimento desta pesquisa, se deu na falta de disponibilidade, dos professores que atuam na área de inclusão, para os esclarecimentos a respeito do assunto em questão.

Sugiro àqueles que estejam na eminência de desenvolver trabalhos na área de educação inclusiva, que busquem informações nos órgão do governo responsável diretamente pela educação de alunos com necessidades educacionais especiais, aí posteriormente, com uma devida autorização, procurar as escolas especializadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **A nova lei de diretrizes da educação brasileira**. Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

_____. Lei 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. **Diário Oficial**. República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dezembro 1996.

BRASIL. MEC. Câmara de educação básica. Resolução CNE/CEB. **Diário oficial** da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39 – 40.
Disponível em: <[http:// portal. Mec.gov.br/ arquivos/pdf/cebo201.pdf](http://portal.Mec.gov.br/arquivos/pdf/cebo201.pdf)>
Acesso em: 02 out. 2002.

BRASIL. MEC. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais, adaptações curriculares estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEF/SEES, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1998, livro I.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994.

ESTEBAN, Maria Teresa. Repensando o fracasso escolar. In: **O Sucesso escolar: um desafio pedagógico**. Campinas: Papirus, 1992.

FAVERO. Eugênia Augusta Gonzaga. **Inclusão da Criança Portadora de Deficiência**. O que é? Educação inclusiva: principal instrumento. Disponível em: <[http:// www.iis.com.br/Portdef.html](http://www.iis.com.br/Portdef.html)> . Acesso em: 18 mar. 2006.

JOVER, Ana. Inclusão: uma utopia possível. **Nova Escola**. N.º 123, p. 8–17, jun. 1999.

LÜDKE, M. ; D., ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ser ou estar eis a questão: Explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil, História e Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1985.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

APÊNDICE

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – FACE
CURSO DE PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL
ENTREVISTADORA: LÍGIA RAMOS DOS SANTOS
DATA:

Roteiro de entrevista sobre o tema “Formação de professores na educação inclusiva”.

Dados de identificação do Professor:

Sexo:

Faixa etária:

20 - 29

30 - 39

40 – 49

50 em diante.

Formação acadêmica:

Tempo de magistério:

Questões:

1. O que é para você educação inclusiva?
2. Como você vê o processo de educação inclusiva no Ensino Fundamental?
3. E o que você entende por aluno com necessidades educacionais especiais?
4. Como você realizaria, em sala de aula, o processo de inclusão?
5. Quais os métodos de ensino que você utiliza em sala de aula com os seus alunos com necessidades educacionais especiais?
6. Como ocorre a formação dos professores das séries iniciais para atuarem na Educação inclusiva?